

A liberdade, a política e o Opus Dei

Apresentam-se trechos do livro O Fundador do Opus Dei (III), de A. Vázquez de Prada, em que fica patente a atuação de São Josemaria em temas políticos, perante calúnias e informações falsas acerca do Opus Dei.

18/10/2022

As dificuldades com que a Obra deparou na década de 60 não provieram apenas da oposição de determinada pessoa, ou de um grupo específico. O Fundador deparou com

todo o tipo de resistências, como é frequente acontecer às instituições de projeção histórica. Alguns deles já ficaram esboçados no que se disse acerca da turbulência suscitada pelo Concílio. Outros, pelo contrário, surgiram por fortes pressões no campo político. De tal maneira que o Fundador foi forçado a estar atento às novas intrigas, feitas de rumores e de falsidades, que de vez em quando se urdiam em torno da Obra. Estas campanhas difamatórias, que tiveram origem em Espanha, difundiram-se rapidamente para outros países. Mas o Fundador estava tão habituado a elas que, mais do que roubarem-lhe a paz, as contradições roubavam-lhe tempo, sem, no entanto lhe tirarem a alegria. Por trás dos ataques à Obra, costumava ver a mão de Deus, que utilizava os acontecimentos como meio de acrisolamento espiritual. Por isso, no meio de uma dessas campanhas, escrevia calmamente aos seus filhos:

Nunca deixamos de ver a intervenção da Providência Divina quando se sucedem periodicamente, com uma frequência que permite entrever a mão pouco limpa de alguns santos varões e respectivos corifeus, essas vagas de lama...

Bendigo a Deus: porque, quando o Nilo transbordava, voltava pouco depois ao seu curso – tudo volta vitoriosamente ao seu curso – e os campos inundados ficavam secos e cheios de fecundidade[1].

O seu empenho não era uma luta sem tréguas contra os que o insultavam. Era uma luta de amor e semementeira de paz e de alegria. Nesses inevitáveis choques, nessas campanhas denigratórias, não faltavam por vezes a paixão, o partidarismo ou a má fé. Nesses casos, o conselho do Fundador era: **compreender que não nos**

compreendam[2]. Atitude liberal e generosa, pronta a desculpar erros e a revestir-se dos sentimentos de Cristo, quer na relação com os nossos irmãos, quer na relação com os inimigos da Igreja, que pretendem encerrar os cristãos de novo nas catacumbas:

Vejamos as coisas como elas são, explicava o Fundador: **é lógico que os inimigos de Deus e da sua Igreja não gostem de nós.** *E também é lógico que, apesar de tudo, nós gostemos deles: *caritas mea cum omnibus vobis in Christo Iesu!*[3]*

Umas vezes oralmente, outras por escrito, o Fundador não se cansava de falar de liberdade aos seus filhos. E por que motivo lhes falava tanto de liberdade? Não seria por causa do ambiente rarefeito que se respirava em Espanha, depois de tantos anos de governo autoritário? Mas as insistências de Mons. Escrivá não

contemplavam exclusivamente o cenário de atualidade deste ou daquele país. A sua doutrina tinha profundidade fundacional; daí que repisasse, uma vez e outra, o tema:

Não me cansarei de repetir, meus filhos, dizia em 1954, que uma das mais evidentes características do espírito do Opus Dei é o seu amor à liberdade e à compreensão: no campo humano, quero deixar-vos como herança o amor à liberdade e o bom humor[4].

Erguia bem alto a bandeira da liberdade. Agradecia a Deus, de todo o coração, ter-lhe permitido viver **a grande aventura da liberdade[5]**. Ensinava essa liberdade aos seus filhos logo que chegavam à Obra.

A sua vida foi uma luta contínua pela liberdade de espírito, porque só essa liberdade pessoal faz com que o homem seja **capaz de merecer ou de ofender, de perdoar ou de**

guardar ressentimentos, de odiar ou de amar[6]. Por outro lado, esse **dom precioso da liberdade** que o Fundador exaltou tantas vezes era de tal maneira necessário, que onde não existia liberdade os apostolados do Opus Dei asfixiavam. É que **a liberdade e a consequente responsabilidade são como que a marca de contraste da atividade laical, também no apostolado**[7].

A liberdade, **característica essencial do espírito** do Opus Dei, estava implícita desde 1928 naquilo que seria a forma de vida e o apostolado dos seus membros.

É frequente, mesmo entre católicos que parecem responsáveis e piedosos, o erro de pensarem que só são obrigados a cumprir os seus deveres familiares e religiosos, e mal querem ouvir falar de deveres cívicos. Não se trata de egoísmo: é

**simplesmente falta de
formação[8].**

Por outro lado, como contrapartida dos deveres próprios dos cidadãos, o Fundador defendia energicamente o direito dos católicos de intervir ativamente na vida pública. E advertia aqueles que se dedicavam especificamente à militância em partidos políticos, a tarefas de administração ou de governo, de que o faziam a título pessoal, insistindo muito nisso. Este princípio tinha ficado estabelecido desde os começos. Assim, por exemplo, Josemaria Escrivá deixou escrito em 1932 que, em política, cada membro da Obra era pessoalmente livre, e, por conseguinte o único responsável pela sua atuação: **Os Diretores da Obra nunca poderão impor critérios políticos ou profissionais – numa palavra, temporais – aos seus irmãos[9]**, declarava energicamente.

E dirigia as seguintes palavras àqueles que tinham escolhido a política como vocação profissional:

Como todos os restantes membros da Obra nas suas ocupações temporais, ao agir neste campo, não vos fareis valer da vossa condição de católicos ou de membros do Opus Dei, não vos servireis da Igreja nem da Obra: porque sabeis que não podeis misturar nem a Igreja de Deus, nem a Obra, em coisas contingentes [...].

Aqueles que virem que têm vocação para a política trabalhem sem medo, considerando que, se não o fizerem, pecarão por omissão. Trabalhem com seriedade profissional, atendo-se às exigências técnicas desse vosso trabalho: tendo como objetivo o serviço cristão a todas as pessoas do vosso país, e pensando na

concórdia entre todas as nações[10].

O Opus Dei ficava, pois, à margem da política: **Liberdade, meus filhos. Não espereis nunca que a Obra vos dê orientações temporais[11].**

* * *

O direito de opção e de atuação política de que devem gozar todos os cidadãos nem sempre foi respeitado, como sucedia na Espanha de então. O regime de Franco tivera origem na guerra civil espanhola (1936-1939), e assentava numa posição que justificava um poder autoritário e pessoal. Quando, em 1957, Franco procedeu a uma renovação do governo[12], remodelou a representação das forças políticas integradas no Movimento Nacional: falangistas, tradicionalistas, carlistas, democratas cristãos franquistas, monárquicos dinásticos e, tal como desde o seu primeiro governo,

pessoas que lhe mereciam confiança pelos seus conhecimentos profissionais, por serem quadros superiores da administração pública[13]. O motivo da mudança foi a análise e o impulso de reformas sociais, políticas, administrativas e econômicas de que, na opinião de Franco, a nação estava a precisar. O novo gabinete era simultaneamente o reflexo das ideias básicas de unidade nacional, política e social, que configuravam o pensamento do Chefe de Estado e que, por sua vez, impediam o pluralismo político e social[14].

Um dos objetivos do novo governo era a integração da economia espanhola no mundo ocidental. As consultas ao Fundo Monetário Internacional e à OCDE demonstravam a necessidade de um plano de estabilização e de medidas liberalizadoras próprias de uma economia de mercado. Essa operação

econômica foi entregue aos Ministros das Finanças, Mariano Navarro Rubio, e do Comércio, Alberto Ullastres, e contava com o consenso da maioria dos agentes econômicos. O Plano de Estabilização foi aprovado em Julho de 1959. Dois anos depois, iniciavam-se os estudos que conduziram aos Planos de Desenvolvimento, com a consequente expansão da economia.

A presença de membros do Opus Dei no governo de Espanha – Navarro Rubio e Ullastres – suscitou comentários de diversa índole nos ambientes políticos e sociais. Alguns sectores do Movimento Nacional qualificaram-nos, em tom depreciativo, como tecnocratas^[15], designação por meio da qual pretendiam referir, de modo críptico, a sua pertença ao Opus Dei, desqualificando-os politicamente. Convém esclarecer antes de mais que, se foram ministros, foi por

vontade expressa de Franco, que concentrava todos os poderes do Estado. E também, evidentemente, pela sua livre aceitação da nomeação. A pertença ao Opus Dei não condicionou a sua decisão no aspecto político, embora devesse refletir-se, isso sim, no rigor profissional e na sensibilidade moral com que exerceram os seus cargos. Tal como os seus colegas de governo, também eles católicos[16], procuravam tomar as suas decisões, em matérias de cariz político e social, de acordo com a sua consciência, e sabiam perfeitamente que a sua atuação política devia refletir a fé que professavam[17].

Contam várias testemunhas que, ao saber da nomeação de Alberto Ullastres como ministro, um Cardeal se terá sentido obrigado a felicitar o Fundador por tão afortunada circunstância. Nem teve tempo de começar. Mons. Escrivá

interrompeu-o em tom decidido: **A mim é-me diferente**, disse; **pouco me importa; tanto me faz que seja ministro ou varredor de ruas, a única coisa que me interessa é que se santifique no seu trabalho**[18].

O êxito do Plano de Estabilização configurou as condições que tornavam possíveis os Planos de Desenvolvimento[19]. Ao mesmo tempo, e ao longo de todo o ano de 1962, correram rumores de mudanças no executivo, pela necessidade de dar resposta aos desafios provenientes de uma sociedade cada vez mais consciente dos seus direitos políticos e sociais[20].

Durante a crise de governo[21], chegaram aos ouvidos do Fundador notícias das quais se deduzia que alguns sectores da vida política espanhola consideravam a Obra um grupo político. Em face de esses

rumores, a Secretaria-Geral do Opus Dei emitiu um comunicado, do qual constavam as seguintes declarações: “Os sócios do Opus Dei são libérrimos, no seu pensamento e na sua atuação política, à semelhança de qualquer outro cidadão católico. Cabem dentro da Associação, e de fato existem, pessoas com ideias políticas diferentes, e mesmo opostas, sem que o Opus Dei tenha nada a ver, seja de que maneira for, com os méritos ou deméritos da gestão pessoal dos seus sócios. Fique claro, pois, que o Opus Dei não está ligado a qualquer pessoa, a qualquer regime, a qualquer ideia política”[22].

O Fundador recebia muitas visitas, quer de autoridades civis, quer de autoridades eclesiásticas. Todos tinham perguntas a fazer-lhe. Por que não assumia o Opus Dei uma atitude política definida, para as pessoas saberem a que deviam ater-

se? Por que não dava orientações aos seus filhos nesse campo? E o Fundador não se cansava de repetir que **a atuação política – com a intensidade que considerem oportuna – dos membros do Opus Dei é levada a cabo de forma libérrima, e, portanto com responsabilidade pessoal, de acordo com os ditames da sua consciência de cidadãos cristãos, sem se tolerar que impliquem seja quem for nas decisões que cada um soube legitimamente tomar**[23].

Recebía pressões de diferentes instâncias, que insistiam para que obrigasse os membros do Opus Dei a retirar-se do governo. Respondia-lhes que não estava em suas mãos limitar ou coagir a liberdade de nenhum filho seu. Quanto a pronunciar-se com autoridade sobre um regime político do ponto de vista doutrinal, não era a ele que competia fazê-lo, mas à Santa Sé ou aos Bispos do

respectivo país[24]. Ordenar aos seus filhos que se retirassem desse governo, ou de qualquer outro não recusado pelas autoridades eclesiásticas, teria sido uma traição ao espírito do Opus Dei.

Na década de 60, na sequência de uma forte campanha desencadeada em diversos países contra a Obra, um dos Diretores da Comissão Regional de Espanha recorda-se de tê-lo ouvido dizer esta frase, aparentemente tão simples, mas por trás da qual se esconde um rol interminável de apoquentações: **meu filho, tirar-me-iam de cima muitos problemas se esses teus irmãos não fossem ministros, mas se eu insinuasse tal coisa não respeitaria a sua liberdade e destruiria a Obra[25].**

Nem a sua ausência de Espanha nem os seus silêncios em Roma

acalmaram determinados sectores, que se exasperavam sem qualquer motivo. O modo injusto como era tratado o Fundador da Obra, e as calúnias que sobre ele publicavam determinados jornais, não lhe tiravam a paz nem o incomodavam grandemente. Mas chegou um momento em que os ataques à Obra se transformaram em ataques à Igreja; para sair em sua defesa, o Fundador alterou a sua velha tática de suportar as injúrias em silêncio. Foi nos primeiros meses de 1964, uma altura em que se desencadeou na Holanda uma duríssima campanha contra o Opus Dei, que teve repercuções internacionais. O motivo foi o fato de a Princesa Irene, uma das filhas da Rainha da Holanda, se ter convertido ao catolicismo, e de o instrumento de que Deus se servia para a sua conversão ter sido um sacerdote do Opus Dei.

Para afogar as tristezas e os receios dos seus filhos da Holanda, o Padre escreveu-lhes repetindo o programa que tão bons resultados tinha dado na sua vida:

**Quando o Senhor permite que
esses grupos de fanáticos
desabafem, dizendo tantas coisas
caluniosas, é sinal de que vós e eu
temos de saber calar, rezar,
trabalhar, sorrir... e esperar. Não
deem importância a essas
insensatezes: amem deveras todas
as almas. *Caritas mea cum
omnibus vobis in Christo Iesu!*!**[26]

A carta que, a 27 de Março de 1964, o Fundador escrevia a D. Jan van Dodewaard, Bispo de Haarlem, para felicitá-lo pela Páscoa, dá uma ideia da gravidade e vileza da campanha:

**Continuam a chegar-me
publicações dessa querida Nação,
onde nos enchem de injúrias, de
falsas interpretações e de calúnias,**

tão descomunais que, apesar de ser quase um velho sacerdote, nunca me teriam passado pela cabeça, nem sequer de longe. Mas não se preocupe, Eminênciia, porque isto ainda me faz amar mais a Holanda e todos os holandeses[27].

O que se passou foi que, no seu habitual programa de conduta nos momentos de contradição (**calar, rezar, trabalhar e sorrir**), substituiu a recomendação de silêncio pela proclamação da verdade, assumindo a defesa da honra de Deus, da sua Igreja e do Romano Pontífice. E pô-la imediatamente em prática.

Esta alteração de comportamento, simultaneamente corajosa e caritativa, corresponde ao firme propósito do Fundador de não tolerar infâmias contra Deus e contra

os seus servidores. As injúrias de que era pessoalmente alvo eram diferentes, e estava disposto a continuar a suportá-las como até então.

Devem estar sempre alerta, avisava-os: *vigilate et orate!*, **sempre serenos, com a alegria, a paz e a valentia de quem está no caminho certo.** *Não podemos calar-nos*, porque esta nossa Mãe é e será – mesmo que passem os anos – menor de idade: e precisa de que os seus filhos a defendam *veritatem facientes in caritate*: escrevi ao Santo Padre três vezes, e hoje uma quarta, porque temos de sacudir o lodo de cima. Tenho de dizer que o Papa tem um grande afeto, e o demonstra[28].

Uma semana mais tarde, repetia-lhes aquilo que tinha dito:

Agora, não podem esquecer-se do conselho evangélico: *vigilate et orate!* Não podemos continuar a tolerar a calúnia, nem a insinuação venenosa: e, em cada cem casos, os cem têm origem nessa minha Espanha queridíssima. Basta![29]

Tinha-se comprometido a não guardar silêncio quando isso afetasse a Igreja ou a Obra. Em várias ocasiões, teve de pegar na caneta, uma vez que chegavam a Roma salpicos de certas campanhas da imprensa francesa e espanhola, que desvirtuavam a natureza espiritual do Opus Dei e negavam a sua dimensão universal[30]. Nessas alturas, expunha ao Papa a realidade objetiva dos fatos, a falsidade das acusações e a origem dos ataques. Como era natural, embora não lhe tirassem a paz interior, esses desagradáveis acontecimentos sempre o afetavam. Contemplados de

cima, eram uma série de baixezas, pequenas e rasteiras:

Tive pena ao ler aquela mordacidade obscena, que me enviaram anonimamente de Espanha. É inevitável que o demônio não esteja contente: o que convém aos cordeiros não convém aos lobos. Queimei o papelucho. Estejam descansados, porque o vosso trabalho e o dos vossos irmãos – o Opus Dei – chega ao céu em odor de suavidade[31].

Como fazer frente à maledicência difundida pelos inimigos de Deus e da sua Igreja? O Fundador pensou numa maneira: conceder entrevistas a correspondentes de vários países e de vários jornais. A primeira foi concedida ao correspondente de *Le Figaro* e foi publicada em Maio de 1966[32]. O procedimento era simples: consistia em dizer a verdade de forma clara, repetindo

incansavelmente que todos os membros do Opus Dei atuam com total liberdade pessoal, sem que a diversidade de atuação e de opinião constitua um problema para a Obra, porque **a diversidade que existe e existirá sempre entre os membros do Opus Dei é, pelo contrário, uma manifestação de bom espírito, de vida honesta, de respeito pelas opiniões legítimas de cada um**[33].

O Fundador era verdadeiramente “um romântico”, que lutava pela liberdade sem se envolver na política[34]. Porque, embora a política seja a arte da governação, com muitas possibilidades e inspirações muito variadas, não podemos esquecer-nos de que é também a porta de acesso ao poder. Para Mons. Escrivá, o respeito pela liberdade humana era a melhor garantia da unidade interna da Obra; enquanto que a ambição de poder conduziria diretamente à sua

desintegração. Tal é a situação comum dos homens: uma perene tentação de impor a própria vontade aos seus concidadãos. Era nessas razões, para além das sobrenaturais, que o Fundador se apoiava para afirmar que **um Opus Dei envolvido em política é um fantasma que não existiu, que não existe e que nunca poderá existir: se se desse esse caso impossível, a Obra dissolver-se-ia imediatamente**[35].

[1] Carta a Florencio Sánchez Bella, em EF-640229-2.

[2] Cf. Vicente Mortes Alfonso, Sum. 7234.

[3] Carta aos seus filhos de Espanha, em EF-651002-1. Sobre esta santa tolerância e compreensão, uma das testemunhas do processo sobre a vida e as virtudes do Fundador do

Opus Dei refere um episódio curioso: em certa ocasião, uma visita disse-lhe: - Padre, sou judeu. Mons. Escrivá respondeu-lhe: - E então? – E também sou maçon. – Mas também és filho de Deus, não és? - E deu-lhe um abraço (Fernando Valenciano Polack, Sum. 7097).

Perante as críticas caluniosas de fontes marxistas contra o Opus Dei, o Fundador comentava: É lógico que os comunistas falem mal do Opus Dei, mas não é lógico, nem será nunca, que os membros do Opus Dei falem mal dos comunistas; sobre o comunismo, não temos outro remédio senão dizer a verdade: que é um cúmulo de heresias e que reduz o homem a pura matéria, sem ter em conta os direitos mais elementares da pessoa humana (Javier Echevarría, Sum. 2264).

[4] *Carta 31-V-1954, n. 22.*

[5] *Carta 9-XII-1949, n. 61.*

[6] Carta 30-IV-1946, n. 1.

[7] Carta 12-XII-1952, n. 37.

[8] Carta 9-I-1932, n. 46. O Fundador queria que, logo nos catecismos de doutrina cristã destinados às crianças, se expusessem os princípios que devem reger a vida cívica de todos os cristãos, em que não se podem fazer concessões quando se atua, de um modo ou de outro, na vida pública; e que, ao mesmo tempo, se afirmasse o dever de agir, de não se abster, de prestar a própria colaboração para servir com lealdade, e com liberdade pessoal, o bem comum (*ibidem*, n. 45).

Em resposta àqueles que pretendiam encerrar a religião no fundo privado das consciências, lê-se em *Sulco*, n. 301: Não é verdade que haja oposição entre ser bom católico e servir fielmente a sociedade civil. Como não há razão para que a Igreja e o Estado choquem no exercício

legítimo das respectivas autoridades, em cumprimento da missão que Deus lhes confiou.

Mentem (isso mesmo: mentem!) os que afirmam o contrário. São os mesmos que, em aras de uma falsa liberdade, quereriam “amavelmente” que os católicos voltassem às catacumbas.

[9] *Carta 9-I-1932*, n. 50.

[10] *Carta 9-I-1959*, n. 51.

[11] *Ibidem*, n. 36. A atuação política de um membro do Opus Dei, Rafael Calvo Serer, que se inseria no quadro da atuação dos monárquicos partidários de D. Juan de Borbón, levou-o a publicar, em 1953, na revista francesa *Écrits de Paris*, um artigo em que fazia uma crítica severa, com base nos princípios do próprio regime franquista, à atuação do governo espanhol em 1951. Como consequência, foi destituído do seu

cargo no Conselho Superior de Investigação Científica. O Fundador sempre defendeu a liberdade política desse seu filho, como de todos os seus filhos; mas, quando soube que este membro da Obra tinha sido injuriado, que tinham dito que se tratava de “uma pessoa sem família”, avançou em sua defesa. Foi a Madrid, solicitou imediatamente uma entrevista a Franco, e fez-lhe saber que não estava disposto a tolerar que dissessem de um filho seu que não tinha família, porque tinha: uma família sobrenatural, a Obra; e um Pai, a ele (cf. Álvaro del Portillo, *Sum. 650*; e Javier Echevarría, *Sum. 2245*).

[12] As anteriores mudanças governamentais com alguma relevância realizaram-se em Setembro de 1942, Julho de 1945 e Julho de 1951.

[13] O governo de 1957 tinha a seguinte constituição: Subsecretário

da Presidência: Luis Carrero Blanco, militar, plenamente identificado com as ideias de Franco; Negócios Estrangeiros: Fernando María de Castiella y Maíz, democrata-cristão franquista; Interior: Camilo Alonso Vega, militar, franquista e monárquico; Justiça: Antonio Iturmendi Bañales, tradicionalista carlista; Exército: Antonio Barroso y Sánchez-Guerra, militar e monárquico; Aviação: José Rodríguez y Díaz de Lecea, militar; Marinha: Felipe José Abárzuza Oliva, militar; Finanças: Mariano Navarro Rubio, Membro do Conselho de Estado; Indústria: Joaquín Planell Riera, militar e engenheiro industrial; Comércio: Alberto Ullastres Calvo, Catedrático de Economia; Obras Públicas: Jorge Vigón Suerodíaz, militar e monárquico dinástico; Agricultura: Cirilo Cánovas García, Engenheiro Agrônomo; Trabalho: Fermín Sanz-Orrio e Sanz, falangista; Habitação: José Luis Arrese y Magra,

falangista; Educação: Jesús Rubio García-Mina, falangista; Informação e Turismo: Gabriel Arias-Salgado y de Cubas, franquista; Secretário Geral do Movimento: José Solís Ruiz, falangista; sem pasta: Pedro Gual Villalbí, economista.

[14] Cf. a Declaração programática do novo governo, 27-II-1957, em *ABC*, *YA, Arriba*, etc., de 28-II-1957.

[15] A este respeito, afirmou Alberto Ullastres anos depois: “Éramos funcionários públicos e tinham uma certa razão em chamar-nos assim. Tínhamos sido chamados porque os políticos não entendiam de economia, que era então uma ciência praticamente nova em Espanha, e chamaram-nos a nós, os técnicos; concretamente a mim, que me considerava, e ainda me considero, um técnico. Isso incomodou bastante alguns políticos” (citado por

Laureano López Rodó, *Memorias*, tomo I, Madrid, 1990, p. 91).

[16] Alguns ministros eram membros de Associações de fiéis, e deve dizer-se que não representavam as referidas associações no governo.

[17] Convém recordar que a hierarquia da Igreja em Espanha nunca se pronunciou contra a participação dos católicos nas instituições políticas do regime de Franco.

[18] Julián Herranz Casado, *Sum.* 3905.

[19] A Comissão do Plano de Desenvolvimento foi criada a 26 de Janeiro de 1962, entre outros motivos por sugestão do Banco Mundial e da OCDE. Laureano López Rodó foi nomeado Comissário do Plano de Desenvolvimento. O Comissariado dependia institucionalmente da Presidência do Governo, apesar da

oposição de Navarro Rubio, que desejava que ele dependesse do Ministério das Finanças. Não tendo conseguido fazer vingar a sua posição, Navarro Rubio pediu a demissão, que Franco não aceitou. Cf. testemunho de Mariano Navarro Rubio, em Enrique Baón (org), *Franco visto por sus ministros*, Barcelona, 1981, p. 90.

[20] Para ter uma ideia da evolução da sociedade espanhola e dos problemas com que se confrontava, convém recordar alguns acontecimentos significativos, que tiveram lugar ao longo do ano de 1962: graves problemas laborais e sindicais, especialmente agudos em Vizcaya, nas Astúrias e em Barcelona; consciência de crise no sindicato universitário único; primeiro encontro da oposição, interna e externa, durante o Congresso do Movimento Europeu, celebrado em Munique, no mês de

Junho; solicitação do governo espanhol de integração no Mercado Comum; intensificação das dissensões no interior das organizações operárias católicas... Por outro lado, em Maio, o Príncipe Juan Carlos de Borbón contraiu matrimônio, consolidando-se a opção do chefe de estado pelo Príncipe; na vida da Igreja, deu-se a abertura do Concílio Vaticano II, que tantas repercuções teria na vida de Espanha.

[21] Há historiadores que consideram que uma das alterações mais significativas do governo de 1962 foi a entrada de Manuel Fraga Iribarne para Ministro da Informação e do Turismo. Fraga tinha-se proposto, como objetivo importante do seu trabalho ministerial, a promulgação de uma Lei de Imprensa que garantisse maior liberdade de informação. Entre os novos ministros, contava-se

Gregorio López Bravo, um engenheiro naval que desde 1960 desempenhava o cargo de Diretor Geral do Instituto Espanhol de Moeda Estrangeira. López Bravo era membro Supernumerário do Opus Dei.

[22] Comunicado da Secretaria Geral do Opus Dei, Roma, 17-VI-1962. Para se entender um pouco melhor a origem destas apreciações equivocadas sobre a Obra, convém ter presente que, não havendo na Espanha de então liberdade de associação política, ou canais para a expressão do pluralismo, certas manifestações religiosas, culturais e sociais que, pela sua natureza própria, são alheias ao campo da luta política, podiam adquirir matizes políticos. Por outro lado, as pessoas que faziam estas apreciações, não tinham presente no seu horizonte mental que o Opus Dei é, por natureza – e na altura começava já a

sê-lo de fato -, uma realidade universal. Talvez por isso, conferiram uma categoria universal àquilo que não passava de circunstâncias contingentes e conjunturais de um país concreto, no caso, a Espanha.

[23] *Carta 7-X-1950*, n. 36. Vicente Mortes Alfonso, uma das testemunhas deste processo, era membro supernumerário do Opus Dei. A partir de Abril de 1957, desempenhou altos cargos políticos; e, de Outubro de 1969 a Junho de 1973, foi Ministro da Habitação. Eis o seu testemunho sobre este ponto: “Em várias ocasiões, expus-lhe a minha dor pela incompreensão, e mesmo pelas calúnias, que determinadas pessoas e grupos políticos de Espanha lançavam a respeito do Opus Dei e da política. Sempre me respondeu que devia praticar a caridade, afogar o mal em abundância de bem, dar lebre por

gato e compreender que não nos compreendessem. Não obstante isto, salientava que eu tinha obrigação, pelo bom nome da Igreja e da Obra, de esclarecer a verdade com a fortaleza necessária, evitando ofender as pessoas e procurando, isso sim, apontar os erros. E sempre o disse em tom cordial e descontraído. Recomendava-me sempre que ouvisse os outros, que os deixasse expressar as suas opiniões com toda a liberdade e que, ao expor as minhas, partisse da ideia de que os únicos dogmas são os que foram definidos pela Igreja e que, portanto, em política quase tudo é discutível” (*Sum.* 7234).

[24] Javier Echevarría, *Sum.* 2247.

[25] César Ortiz-Echagüe Rubio, *Sum.* 6845. Cf. igualmente Entrevistas a Jacques Guillemé-Brûlon, de 16-V-1966, e a Tad Szulc, de 7-X-1966, em

Questões atuais do cristianismo, nn. 38 e 48.

[26] Carta aos seus filhos da Holanda, em EF-640320-2. Dois meses mais tarde, escrevia-lhes, com solenidade sobrenatural:

Queridos filhos: que Jesus me guarde a todos sempre *in laetitia!*

Espero – sei – que teremos muitas coisas e muito boas nessa estupenda terra das tulipas. Comam, durmam, divirtam-se com tudo, porque não há motivos para outra coisa (Carta, em EF-640519-1).

[27] Carta, em EF-640327-1.

[28] Carta aos seus filhos de Espanha, em EF-651002-1.

[29] Carta a Florencio Sánchez Bella, em EF-651009-2. Acerca da origem dos erros sobre o Opus Dei, dizia o Fundador em 1971: É em Espanha, e

só em Espanha, que têm origem, pela zelotipia religiosa de alguns, pela paixão política de outros – muito poucos – e pela superficialidade daqueles que repetem aquilo que ouvem, porque se divertem com isso (A.B.C., Madrid, 24-III-1971; entrevista ao correspondente Julián Cortés Cavanillas).

[30] Sobre as falsas notícias difundidas pelo jornal *Le Monde*, cf. Cartas a Mons. Angelo Dell'Acqua, em EF-641112-1; em EF-650919-1; em EF-650921-1; e pelo jornal *La Croix*, artigos de 26-IV-1966 e dias sucessivos, cf. Carta, em EF-660511-1; e também sobre a campanha organizada por *Le Nouvel Observateur* e *le Canard Enchainé*, cf. Carta, em EF-660611-1.

[31] Carta a Richard Stork, Conselheiro do Opus Dei no Reino Unido, em EF-661121-3.

[32] Jacques Guillemé-Brûlon, o correspondente de *Le Figaro*, preparou a publicação da entrevista. Essa e outras entrevistas sobre temas de atualidade (correntes e movimentos pós-conciliares, organizações religiosas, apostolados do Opus Dei, etc.), feitas em 1967 e 1968, foram compiladas num livro intitulado *Questões atuais do cristianismo*. O artigo de *Le Figaro* tem como título “O apostolado do Opus Dei nos cinco continentes” (cf. nn. 34 ss.).

[33] *Ibidem*, n. 34.

[34] Cf. Carta a D. Juan de Borbón y Battenberg, em EF-661121-1.

[35] *ABC* (Madrid), 24-III-1966.

